

EM TORNO DE DOIS CENTENÁRIOS

Helga Iracema Landgraf Piccolo
(Univ. Fed. do RS, Porto Alegre)

De autoria de Joaquim Francisco de Assis Brasil foram publicados em 1881: **A República Federal** e em 1882 a **História da República Riograndense**, volume I (Edição Preparatória). As duas obras impressas no Rio de Janeiro pela Typ. de G. Leuzinger & Filhos, pertencem à fase paulista, ou seja, a fase em que o autor como estudante da Faculdade Jurídica colaborou nos jornais acadêmicos **República** e **Evolução** e fez parte, juntamente com outros sul-riograndenses convertidos ao republicanismo, do "Clube Republicano Acadêmico" e do "Clube 20 de Setembro". No primeiro pronunciou em 1880 uma conferência: **O Oportunismo e a Revolução**¹ em que abordou questões que seriam retomadas e mais desenvolvidas em **A República Federal**² e, sob os auspícios do segundo, foi publicado **A História da República Riograndense** para comemorar "a immortal Revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário".

No ano em que se publicava a edição preparatória da **História da República Riograndense**, a Convenção de 23 de fevereiro fundava no Rio Grande do Sul o Partido Republicano Riograndense.

É o centenário da fundação do PRR que se comemora em 1982, que impõe a lembrança das duas obras citadas que ilustram de modo significativo o período da propaganda republicana e cujas repercussões não ficaram restritas ao Rio Grande do Sul de onde Assis Brasil era natural e onde se desenvolveu boa parte de sua carreira política³

(1) Essa conferência foi publicada em 1880 em São Paulo pela Typographia A. L. Garraux & Comp.

(2) O Livro II de **A República Federal** denomina-se "A Oportunidade", onde o autor procura justificar a oportunidade da República no Brasil.

(3) Assis Brasil foi o primeiro e único representante eleito pelo PRR à Assembléia Legislativa Provincial onde exerceu dois mandatos de 1885 a 1886 e de 1887 a 1888, respectivamente na 22ª e na 23ª legislaturas. Foi constituinte, representando o RS na Assembléia que promulgou a Constituição Federal de 1891. Na eleição presidencial de 25 de fevereiro de 1891 votou em Prudente de Moraes, após o que voltou ao RS renunciando ao mandato. Membro da comissão que deveria elaborar o projeto de Constituição do Estado, logo divergiu de Júlio de Castilhos pela orientação positivista por esse imprimida à Carta. Fez parte da efêmera Junta Governativa que substituiu Júlio de Castilhos após o golpe de Deodoro da Fonseca. Em 1892 iniciava a sua carreira diplomática. Em 1908 fundou no RS com Fernando Abbott, também dissidente republicano, o Partido Democrático. Esse Partido foi fundado em função das eleições presidenciais de 1907 quando Abbott concorreu contra o candidato do PRR, Carlos Barbosa Gonçalves. A nível federal, Assis Brasil apoiou Rui Barbosa nas oportunidades em que se apresentou como candidato à sucessão presidencial. Em 1922 foi candidato das oposições ao governo do Estado do RS concorrendo com Borges de Medeiros. A derrota dos assististas levou à Revolução de 1923

Assis Brasil, “talvez o maior teórico republicano do Brasil”, conforme George C. A. Boehrer⁴, preocupou-se com o conteúdo ideológico do movimento republicano, preocupação visível nas suas obras que se constituem em exposições doutrinárias⁵. Nesse sentido, destaca-se **A República Federal** onde aprofundou e sistematizou temas de seus escritos na imprensa acadêmica e dos debates de que participou nos clubes acadêmicos.

Em **A República Federal** — que foi instrumento de doutrinação na fase da propaganda republicana através de diversas edições estereotipadas — desenvolveu paralelamente às críticas ao sistema monárquico, a defesa da República, único regime segundo o autor, capaz de atender aos interesses nacionais e regionais brasileiros.

A República Federal, foi escrita numa conjuntura em que se acentuava a propaganda republicana tendo como matriz ideológica o Manifesto de 1870. No poder encontrava-se o Partido Liberal que em 1881 conseguira aprovar, pela chamada lei Saraiva, a reforma eleitoral instituindo a eleição direta no Brasil, reforma que já se incluía no programa liberal de 4 de maio de 1869 conhecido pelo lema “Reforma ou Revolução”. Exatamente por ter inscrito esse lema no seu programa, o Partido Liberal era questionado pelos republicanos de ainda ser um partido monarquista já que as reformas pregadas eram, segundo eles, incompatíveis com a monarquia e, se postas em prática, solapariam o regime vigente⁶. Realmente, uma análise das propostas liberais contidas tanto no programa de 4 de maio de 1869 como as do programa de 3 de novembro de 1869, mostra acentuadas semelhanças com o Manifesto de 1870.

O Partido Liberal, no exercício do poder desde 1878, parecia confirmar a crítica feita por Assis Brasil de que no Império os homens e partidos não tinham liberdade para “guiarem-se pelas próprias sugestões”. O partido que na oposição elaborara programas, estabelecera princípios, quando no governo não os cumpria porque não o podia fazer por força do poder pessoal do Imperador que impunha as diretrizes a serem seguidas.

cujo epílogo foi o Pacto de Pedras Altas assinado em dezembro desse mesmo ano. Em 1927 foi eleito deputado federal representando a Aliança Libertadora instituída em 15 de janeiro de 1924. Apoiou a Frente Única Gaúcha organizada em 1929 e que foi o suporte político regional da candidatura de Vargas à presidência da República. Foi Ministro da Agricultura do Governo Provisório. E representou o RS na Assembléia Constituinte de 1933/34.

(4) Boehrer, George C. A. — **Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil**. Rio de Janeiro, MEC, 1954, p. 189.

(5) Ver Pessoa, Reynaldo Xavier Carneiro — **O Ideal Republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado (1870 — 1889)**. Tese de doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1972, págs. 115/116.

(6) Sobre esse programa escrevendo em 1879 em **A República**, ano IV, nº 2, de 21 de abril, dissera Assis Brasil ser a esperança dos republicanos.

Escrevera Assis Brasil em *A República*⁷ que “as reformas são impossíveis no atual sistema, demonstra-o o partido liberal”⁸.

Em 1881, há três anos no poder, o Partido Liberal conseguira concretizar do seu programa reformista, apenas a reforma eleitoral. Não se deve perder de vista que o partido fora chamado ao governo para fazê-la.

Assis Brasil, já em 1879, escrevera sobre a inconsistência dos partidos monarquistas: “os espíritos vacilam; as convicções abalam-se; rasgam-se as bandeiras dos partidos; os conservadores avançam até os arraiais liberais e recuam até os limites do despotismo; os liberais avançam até o campo republicano e recuam até as raiais do autoritarismo. A confusão e a desordem são os fantasmas sombrios desta cena monstruosa”⁹.

Outra questão polêmica colocada por Assis Brasil é a da legitimidade da monarquia. Para ele, a monarquia no Brasil fora imposição de uma dinastia, ou seja, a monarquia trazia consigo o “pecado original de ser a expressão única da vontade daquele que a fundou.” “A monarquia no Brasil só se explica por uma grande perversão na vida política do país”¹⁰. E mais, foi a monarquia, através da corrupção, que entorpeceu a consciência do país e, por isso, a causa republicana por longo tempo não encontrou mais defensores.

Segundo o autor, a própria história das revoluções que eclodiram no Brasil, mostrava a idéia republicana arraigada no povo. Assim, se havia legitimidade, essa era a da República. Argumentava que o critério para concluir da superioridade de uma forma de governo sobre outra devia ser buscado “no estudo do caráter da nacionalidade, nos seus antecedentes históricos, na manifestação atual da sua vitalidade e, principalmente, nos destinos que a aguardam tão longe quanto a previsão científica possa alcançar”. E “simultaneamente com a necessidade de estudar precisamente

(7) Em *A República*, ano IV, nº 2, de 21 de abril de 1879.

(8) Sem entrarmos numa análise mais profunda desse ponto de vista de Assis Brasil, achamos, no entanto, que é de questionar se, realmente, o sistema onde o poder pessoal do Imperador existia de fato, era responsável pela atuação limitada do partido liberal quando governista, comparada com as suas propostas políticas quando oposição. Ou se, conforme Campos Salles, outro republicano histórico, lembrando diversas passagens dos liberais pelo governo, mostrou que eles “tinham autenticado de modo formal e explícito a renúncia de seus princípios”. Esse ponto de vista de Campos Salles encontra-se em discurso pronunciado na Assembléia Provincial de São Paulo em 11 de março de 1882. Enfim, a questão a discutir seria se o Imperador era o responsável pela não-consecução do programa do Partido Liberal ou se o Partido Liberal não se empenhava, quando no poder, no encaminhamento e na aprovação das reformas inscritas no seu programa.

(9) Em *Evolução*, ano I, nº 4 de 30 de maio de 1879.

(10) Essa interpretação feita por um republicano convicto que, na defesa de suas idéias não media esforços intelectuais argumentando com justificativas que exigem questionamento, pode ser acompanhada em diversas passagens de *A República Federal*. Por exemplo, nas páginas, 28, 44, 55/56.

o caráter de um povo surge a de analisar com igual previsão a natureza do governo que tal povo pode comportar”¹¹. Por isso mesmo, o único governo que o Brasil comportava era o republicano. E só na República a democracia seria possível porque haveria a interferência do povo no processo decisório. A intervenção de todos, escreve Assis Brasil, era um direito decorrente da concepção da liberdade e da igualdade dos homens e uma necessidade urgente porque a falta dessa intervenção provocara o “aparecimento dessa tão conhecida apatia nacional”. Governo do povo pelo povo, é assim que Assis Brasil conceitua democracia que “só há com sufrágio universal”, “meio legítimo do povo manifestar-se” e a manifestação através do sufrágio universal constituía-se em manifestação da soberania nacional. Em outras palavras, como na monarquia não havia sufrágio universal, não havia democracia e a nação não era soberana.

Coerentemente, as críticas feitas por Assis Brasil ao sistema monárquico não podiam deixar de condenar a centralização. Pela centralização a monarquia era incapaz de atender aos múltiplos reclamos porque, por mais energia que o centro possuísse, exauria-se pela dispersão das forças. A centralização unia artificialmente o país pela “mutilação da natureza íntima de suas diversas partes”. Daí a necessidade da Federação. A República Federal proporcionaria o “desenvolvimento relativo do progresso dos estados ou províncias, sem roubar-lhes as forças peculiares”. Em suma, a República era sinônimo de progresso, a monarquia, o atraso.

Como a monarquia não atendia as necessidades brasileiras, protelando o governo a concretização de idéias justas, poderia ser responsável pelos “abalos violentos que sobressaltam a sociedade”, quer dizer, pela eclosão da Revolução. Conforme o autor, embora a revolução fosse um direito, ela devia ser evitada. “A Revolução não é mais do que o resultado lógico e natural da elaboração evolutiva salvo quando as sociedades forem sábias bastante para conjurar o mal abrindo livremente as válvulas ao progresso”, já escrevia Assis Brasil em *A Evolução*¹². Aí se encontra o conceito de Revolução defendido igualmente em *A República Federal*.

É também neste mesmo livro que o autor desenvolve a idéia do progresso associada à de ordem:

“Há duas condições que legitimam a existência das instituições de um povo: conservar-se para viver, progredir para conservar-se. Um meio criado pelas exigências lógicas das cousas não se extingue de momento; enquanto ele perdura, as instituições a que deu lugar devem permanecer. É a necessidade da ordem. Mas a contínua luta da vida arrasta neces-

(11) É esse raciocínio que Assis Brasil vai desenvolver na *História da República Riograndense* para justificar a Revolução.

(12) Ano I, nº 4 de 30 de maio de 1879.

sariamente exigências novas, nada no mundo é absoluto e perpétuo, as idéias evoluem e se transfiguram, lenta e gradativamente o meio se transforma; as instituições têm de acompanhar este profundo desdobramento. Aparece, então, a necessidade do progresso. Todo governo que não traduz sincera e realmente esta grande fórmula: Ordem e Progresso — não é governo; é uma barreira formidável, lançada diante da felicidade e do sossego público. É um elemento perturbador, resistente, comprimindo e desnaturando a imperiosa e pacífica força evolutiva, que naturalmente impele para diante os elementos vivos da sociedade”¹³

Segundo Assis Brasil, separada a monarquia da massa da nação, isto é, do elemento progressivo, torna-se ela “essencialmente conservadora, ainda que não o queira, retrógada, ainda que deseje sinceramente acompanhar a evolução dos vários tempos que atravessa”.

A leitura de **A República Federal** é ilustrativa da influência do liberalismo, evolucionismo e positivismo sobre o pensamento de Assis Brasil, homem que teorizando no último quartel do século XIX não podia ficar imune a formas de pensamento então em voga.

Republicano, Assis Brasil sempre se posicionou como um liberal tal como o haviam feito os farroupilhas. Foi na Guerra dos Farrapos que buscou subsídios que serviram de embasamento para suas idéias políticas o que explica o seu empenho em escrever a **História da República Riograndense**. O volume que constituiu a edição preparatória, finda com a “inauguração” da República em novembro de 1836. Ficou clara a intenção do autor não só de continuar a História, mas de reformular o volume I numa edição definitiva, tarefa que Assis Brasil não pôde levar a termo.

Embora Assis Brasil se proponha no seu estudo a explicar “a origem e o prolongamento “da Revolução, não se pode dissociar a obra de **A República Federal**. Isso fica claro na introdução da **História da República Riograndense**: “Esta obra é ainda um esforço na direcção das idéias que expus e sustentei na República Federal”.

Assim, são retomadas as idéias de federação, criticando a uniformização política, a centralização. A diferença profunda entre o Brasil e o Rio Grande (“não há província tão diferente do resto do Brasil como o Rio Grande”, para o que, afirma o autor, a natureza era fator decisivo) exigia instituições conforme a índole da província, sendo a centralização motivo para a desintegração (“a província foi amarrada ao centro pelos funestos laços da unidade mal-entendida”, escreve Assis Brasil). Era a

(13) Obra citada, págs. 43/44.

identificação com o que o Manifesto de 1870 resumira em centralização — desmembramento; descentralização — unidade.

A administração imperial em relação ao Rio Grande do Sul, ou seja, o tratamento dispensado à província, o “uso” do Rio Grande na Campanha da Cisplatina conforme os interesses imperiais que não viam o problema das propriedades gaúchas no Uruguai, o não aproveitamento de gaúchos nos “postos de honra”, a continuidade da influência do “partido português”, foram outras tantas causas que contribuíram, segundo o autor, para o deflagrar da Revolução que é minuciosamente descrita até a proclamação da República Riograndense.

Nos apêndices, é transcrito o Manifesto de Bento Gonçalves de 25 de setembro de 1835 justificando o 20 de setembro. Não foi esse manifesto o que teve maiores repercussões futuras no movimento republicano sul-riograndense. Foi sobre o Manifesto de Bento Gonçalves de 29 de agosto de 1838 que a mocidade riograndense — e entre ela se encontrava Assis Brasil — jurou a sua fé republicana na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881, época em que Assis Brasil já expunha com exemplar clareza e convicção as suas idéias políticas.

Se, em termos de organização política nacional, a Constituição de 1891 consagrou formalmente algumas das idéias mais caras a Assis Brasil — como a da federação, idéia exaustivamente trabalhada em “A República Federal” — a nível regional a institucionalização da República conforme a Carta Castilhistas de 14 de julho de 1891 não correspondeu ao pensamento de Assis Brasil contribuindo para o seu afastamento temporário da política riograndense em divergência com Júlio de Castilhos. Integrando a dissidência republicana que, engrossada com o decorrer dos anos, acabou por estabelecer com os federalistas (herdeiros do gasparismo no Rio Grande do Sul) uma frente oposicionista que disputou as eleições em 1922 tentando liquidar não só a hegemonia do Partido Republicano Riograndense, mas impedir a 5ª eleição de Borges de Medeiros ao governo do Estado.

Embora derrotados, os assististas organizaram a Aliança Libertadora em 1924, matriz ideológica do Partido Libertador fundado em Bajé em 1928 e cujo programa foi, então, o mesmo do Partido Democrático Nacional.

Assim, se as idéias políticas de Assis Brasil foram pela primeira vez estruturadas em São Paulo nos fins da década de setenta e princípios da década de oitenta do século passado quando vem a lume **A República Federal** e a **História da República Riograndense** (edição preparatória), na década de vinte do atual século, nos estertores da República Velha, os vínculos políticos com a oposição paulista representada pelo Partido Democrático vieram dar outras dimensões às suas idéias que se constituíram na base ideológica da Aliança Liberal.

Embora algumas de suas idéias tenham, no decorrer dos anos, sofrido alguma reformulação — aí está a questão do presidencialismo — o que fora defendido em **A República Federal** continuará a sê-lo, mostrando que a República nascida em 1889 não correspondera, na sua prática política, às suas expectativas.

E, conhecendo o desdobramento do processo histórico brasileiro pós-1930 — quando a “Revolução” que Assis Brasil apoiou e a que serviu por poucos anos derrubou a República oligárquica — nos parecem ainda de grande atualidade muitas das idéias formuladas há mais de um século.

*